



*Ao Senado da  
Austrália*

TL 3152

1

**CIDAC**

Centro de Documentação

DEPOIMENTO

No momento em que o caso de Timor está a ser apreciado pelo Senado Australiano ( através do seu Committee on Foreign Affairs and Defense ) acho oportuno referir algumas observações so bre a Reforma Administrativa em curso em Timor-Leste quando eclo- diu a crise que preparou a invasão. Na realidade, o extenso tra- balho desenvolvido na sua preparação — tanto em Dili, como nas várias sedes de concelho e nos sucos — possibilitou um contacto muito directo com as populações e a auscultação dos seus proble- mas. Por outro lado, foi possível analisar de perto as linhas de força que iam marcando o desenvolvimento da sua consciência civi- ca, o que pode ter importante significado para a avaliação dos acontecimentos.

Não me alongarei demasiado relativamente a aspectos mais concretos, pois será possível consultar a entrevista que dei ao jornalista Fernando Lima, e publicada em " O Primeiro de Janeiro" de 14 e 18 de Abril de 1976. Para o efeito, junto fotocópia do que então foi dito ( com a correcção de algumas gralhas tipográficas), e que continuo a subscrever por completo.

Em primeiro lugar, cumpre sublinhar que o processo de des- colonização de Timor apresentava condicionalismos muito especiais que, desde logo, faziam antever uma solução mais demorada. A sua débil estrutura política não permitia encontrar interlocutores ainda suficientemente legitimados para negociar uma entrega de po- deres. Por outro lado, e disso sempre estive convicto, nenhum dos partidos nacionalistas pretendia uma entrega de poderes a curto



prazo. Recordo bem que o presidente da Frétilin, Xavier do Amaral, me disse uma vez, pouco depois da chegada de Lemos Pires, que considerava a possibilidade de uma transição da ordem dos dez anos!

Naquele momento, era impossível avaliar por quanto tempo esta situação duraria, mas o certo é que, nem a Fretilin, nem a UDT, tinham ideias seguras a respeito do modo como se deveria processar a descolonização (apesar dos mitos forjados, sobretudo aqui na Metrópole, àcerca da diferença fundamental entre aqueles dois partidos: um com desejo de independência imediata, e outro querendo a continuação imutável dos laços com Portugal). A única formação que tinha ideias concretas sobre a orientação que devia seguir o processo era a Apodeti, mas a sua representatividade parecia muito limitada e o modelo tinha inspiração no exterior.

Por todos estes motivos, impunha-se preparar uma consulta generalizada à população. Foi esta uma opção inevitável, e desde logo considerada pelo Governo do Coronel Lemos Pires, que começou a delinear um sistema de representatividade local. Para esse efeito, pediu desde logo a colaboração dos partidos políticos, cujo diálogo e fiscalização se afigurava indispensável para o bom êxito e a legitimidade das reformas a introduzir. Por outro lado, era preocupação de todos não abalar as estruturas tradicionais, que continuariam a ser suporte da pirâmide política timorense. Os métodos seguidos para a escolha ou a confirmação dos chefes das povoações e dos sucos, não se afastavam de experiências já anteriormente feitas por chefes de posto que desejaram auscultar as populações com assuntos que diziam respeito à comunidade. E todas as inovações

que houve — aliás poucas — surgiram por proposta e consenso dos partidos políticos.

É de referir, como prova desta preocupação em favorecer a iniciativa dos timorenses, que a semente de todo o processo, bem como os princípios em que se baseou a experiência-piloto, partiram de um documento produzido por uma Comissão Promotora da Reorganização do Município de Lautém, em Dezembro de 1974. Esta comissão era composta por 16 elementos, e com representantes locais dos três partidos. Por sua vez, a independência e seriedade com que o processo decorreu ficou bem patente no resultado da eleição para a Comissão Executiva Regional, em que venceu a lista oposta à que era patrocinada pela Comissão Promotora.

A honestidade da experiência de Lautém pode ser testemunhada por alguns observadores estrangeiros, nomeadamente o Secretário da Embaixada Australiana em Djacarta, Mr. Allan Taylor.

Refiro tudo isto para que se dê conta do ambiente construtivo que se vivia no momento em que eclodiu a crise forjada pela Indonésia, para justificar a posterior invasão. De facto, com este programa, a Indonésia via fugir-lhe das mãos a cartada da Apodeti, cuja falta de representatividade começava a ficar à prova. Além disso, sabia muito bem que o Governo Português estava mouco receptivo às suas tentativas de colonização turística e económica, pois tinham desígnios ocultos. Aproveitando-se dos ingénuos e dos fracos — que sabia existirem em todos os partidos — optou pela desestabilização e pelo uso da força, únicos meios em que seria possível

contra a acção do Governo Português. O golpe da UDT deu-se precisamente às 23 horas do dia em que tomou posse a referida Comissão Executiva Regional de Lautém.

Quanto aos resultados globais das eleições, verificou-se a participação de mais de 50% da população adulta. A percentagem do voto feminino foi de 23%, o que se pode considerar altamente positivo. Também julgo importante o número total dos participantes adultos, dado que muitos não se encontravam nos sucos ou não puderam deslocar-se aos locais de voto. Escapam-me da memória já muitos dos detalhes (e, infelizmente, a documentação original perdeu-se com a eclosão da guerra civil), mas posso testemunhar que a Comissão Executiva Regional era de maioria UDT ( ou, pelo menos, assim o era o Presidente eleito ), embora houvesse um grande equilíbrio numérico em relação à Fretilin. Aliás, sempre me pareceu que, a nível de Lautém houve um razoável entendimento destes dois partidos. A Apodeti é que revelou muito fraca implantação. Entre várias dezenas, só conseguiu eleger um chefe de Suco, salvo erro o de Maina I. É de acentuar que fiquei com bastante boa impressão deste chefe, de nome Edmundo, e com a profissão de motorista. Pareceu-me uma pessoa serena e com bastante personalidade, o que contrastava com a maioria dos delegados da Apodeti. Talvez por isso é que chegou mesmo a ser eleito para a Comissão Executiva Local ( que substituiu o antigo cargo de Chefe de Posto, de Môro.)

Quanto às eleições e aos trabalhos preparatórios da Reforma Administrativa, importa ainda salientar o papel desempenhado pelos partidos políticos. A Fretilin e a UDT adoptaram desde o ini-

cio uma posição extremamente colaborante (notei apenas uma certa inércia no primeiro delegado escolhido pela UDT, mas isso chegou ao conhecimento do Comité Central, que o veio a substituir ). A Apodeti, por sua vez, tomou sempre uma atitude dúbia. Depois de ter afirmado a sua concordância com o processo, escusou-se, à última hora, de enviar um representante de Dili, para acompanhar a 1ª fase das eleições. A sua participação, na altura, foi coberta por um delegado local, e membro da Comissão Promotora para a Reorganização do Município de Lautém. Em Dili, a Apodeti nunca deixou de participar, com um seu elemento, nas reuniões de Grupo de Trabalho que preparava a legislação administrativa. Nas eleições que se estavam a efectuar noutros concelhos, no derradeiro mês de Agosto de 1975, não tenho notícia de ter havido falha de qualquer dos partidos.

Antes de finalizar o meu depoimento, não queria deixar de referir uma ocorrência de que fui testemunha visual em Junho de 1975.

Nesta data, desloquei-me à Indonésia a fim de esperar a família que tinha partido da Metrópole. Inexplicavelmente, minha mulher e filha saíram de Portugal sem conseguir o vâsto indonésio, o que as obrigou a permanecer quatro dias em Hong Kong. Receando que alguma coisa desagradável lhes pudesse acontecer — nomeadamente por estarem desprevenidas em relação à falta de regularidade das carreiras de Kupang até Dili — decidi ir aguardá-las em Bali, que seria a primeira escala naquele país. Devido aos atrasos sucedidos, acabei por ficar seis dias em Bali. Aí, e por ter casual

6 -

mente acompanhado o Chefe de Gabinete do Governo de Timor, em viagem para a Metrópole, fiquei instalado num hotel onde eram alojadas certas pessoas a que as autoridades indonésias prestavam especial deferência. Posso testemunhar, aliás, que fomos aí recebidos com todas as gentilezas, e que me concederam muitas facilidades, em particular no caso do desembarque de minha mulher e filha que, por descontrolo dos serviços, estariam condenadas a ficar retidas duas noites dentro do aeroporto.

Entretanto, e por coincidência, vim a encontrar, no mesmo hotel, o meu amigo e presidente da UDT, Lopes da Cruz, a quem cum<sup>de</sup>ulavam todas as honrarias. Por repetidas vezes, pude observar como todo este engodo estava a ser preparado, e as benesses com que foi obsequiado. Já não falo nos presentes que recebeu — e de <sup>uma</sup> parte dos quais ~~que me deu conhecimento de alguma parte~~ ... Queria sobretudo referir a embriaguês de " novo rico " com que o fui encontrar. Numa dada altura, dizia-me, apontando para a sua pasta: " Olhe a importância desta pasta aqui, já estive nos gabinetes de ministros indonésios ! ... ". À luz desta e doutras circunstâncias, pode-se bem compreender como surgiu o golpe da UDT, assim como o próprio comportamento que veio a ter este seu dirigente após a invasão ( veja-se o que, a esse respeito, afirmei na entrevista, e que reproduzo na folha 4 ).

Mas a minha experiência de Junho de 1975 não ficou por aqui, Chegados ao Kupang, disseram-nos que o avião da carreira habitual tinha ido a Bali, e que, não tendo havido possibilidade de contacto com Dili, via rádio, seríamos levados por uma corveta da

Marinha Indonésia. Mais tarde vim a constatar que tudo isto foi mentira urdida com outros objectivos, pois não só o avião se encontrava no Kupang (reconheceu-o um companheiro de viagem, cujo nome já não me lembro, mas parece que era funcionário de uma empresa de transportes em Dili ), <sup>também</sup> como a ligação com Dili foi estabelecida ... mas, sim, para pedir autorização de entrada da corveta em águas territoriais.

A viagem foi feita de noite. Meteram-nos num camarote, mas eu, sempre desconfiado, fiz vigília enquanto as restantes pessoas dormiam. Passadas algumas horas, senti parar os motores da corveta, e vi sinais de luzes em terra. Estivemos parados cerca de meia hora, até que vi chegar umas lanchas que atracaram à corveta. Quando esta operação já estava concluída, subi inesperadamente à coberta ( o que causou certo embaraço a um membro da tripulação, que tinha no princípio da viagem entabulado conversa comigo ) e vi, nem mais nem menos, o embaixador <sup>da Indonésia</sup> em Dili, Sr. Tomodoko, que, com vários homens, fazia carregar para a nossa embarcação uns nove, e pesadíssimos pacotes. Este Senhor fez o resto da viagem connosco, e o material foi descarregado em Dili, como bagagem diplomática.

Lopes da Cruz, que dormia num outro camarote, nem sequer deu conta do que se havia passado. No entanto, através dele vim depois a conseguir saber qual a velocidade a que a corveta navegava, e aquela que passou a utilizar no fim da viagem ( depois da transferência dos embrulhos navegamos muito mais lentamente, talvez para desorientar um pouco ).

Dado que tomei nota dos tempos em que tudo isto se processou, foi fácil concluir que o embarque se deu já próximo da fronteira com Timor-Leste. Quando cheguei a Dili fiz o relatório do sucedido, e os Serviços de Informação vieram a averiguar que se tratava de material para a Apodeti.

É um caso flagrante, em que pode ver-se até que ponto se processava a ingerência da Indonésia nas questões internas de Timor. Claro que esta ingerência tem muitos mais segredos e, entre eles, figurará a preparação do golpe da UDT, e o favorecimento da radicalização da Fretilin. É um tema bastante delicado, e para o qual não estou em condições de fornecer provas concretas. Oxalá que outros depoimentos possam trazer mais luz a esta questão, cuja autenticidade me parece indiscutível, embora tudo o que sei tenha-o recolhido de terceiros, e, muitas vezes, sob a forma de meros indícios.

Ao terminar, quero com este meu depoimento manifestar todo o meu apreço pelo povo de Timor-Leste, e faço votos para que a verdade venha a ser reconhecida com toda a sua crueza, de modo a que, em consciência, o Mundo possa reparar todas as injustiças que a surda luta entre as grandes potências fez abater sobre o povo Maubere.

Porto, 10 de Março de 1982

*Manuel Luís Campos de Sousa Real*

( Manuel Luís Campos de Sousa Real)

R. André de Resende, 4, 1ª Dª

P 4 100 Porto